PODER

Promessa de ministério do idoso

Lula reitera a criação da pasta e ressalta que a população mais velha desempenhou papel importante no segundo turno das eleições

» RAFAELA BOMFIM

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) confirmou, ontem, que pretende criar um ministério dedicado às políticas para pessoas idosas em seu próximo governo. A declaração ocorreu durante a cerimônia de assinatura do decreto que regulamenta o fim da escala 6x1, no Palácio do Planalto.

Segundo Lula, a nova pasta deverá ampliar as ações voltadas à população mais velha, embora o nome oficial ainda não esteja definido. "Vou criar o Ministério das Pessoas Idosas. Talvez o nome não seja esse, não sei qual será o nome, mas eu vou criar, porque, para a gente dar vida aos idosos, nós temos que dar respeitabilidade", declarou.

Com a voz ainda rouca, Lula disse que os idosos desempenharam papel importante no segundo turno das eleições deste ano, após apelo pela votação dos maiores de 70 anos para ajudar na virada do primeiro turno.

"Essa minha reeleição eu devo ao povo brasileiro — às mulheres sobretudo, que mais uma vez levantaram a cabeça e não se subordinaram a alguns maridos atrasados; à juventude, que resolveu que se a gente não lutasse a democracia e os direitos escapavam; e às pessoas idosas, que lutaram não pelo Lula, mas pela própria trajetória de vida deles", ressaltou.

A criação do ministério também foi um compromisso assumido pelo presidente durante a campanha eleitoral, quando prometeu estabelecer uma política nacional para a população idosa. Entre as iniciativas defendidas por Lula estão a criação de espaços para atividades físicas e de convivência social, com o objetivo de incentivar o envelhecimento saudável e ampliar a participação dos idosos na sociedade.

Durante a campanha, esse público também esteve entre as prioridades da estratégia eleitoral do petista. Pessoas com mais de 70 anos representam cerca de 10% do eleitorado brasileiro e têm voto facultativo.

Neste ano, o comparecimento às urnas também passou a valer como prova de vida para aposentados e pensionistas. O voto tornou-se uma das formas de comprovação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A iniciativa teve como objetivo reduzir a necessidade de procedimentos presenciais para os beneficiários idosos.

Estudantes

O chefe do Executivo disse, ainda, que pretende visitar a Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói (RJ), em um gesto aos estudantes que fizeram a primeira manifestação em apoio à sua candidatura após no segundo turno.

Naquele momento, Flávio Bolsonaro (PL) tinha tido mais votos que o petista no primeiro turno e figurava como favorito. A campanha do PT fazia a autoavaliação sobre o desempenho até aquele momento quando os alunos da UFF foram às ruas para defender o presidente.

O movimento acabou ganhando o país com a ajuda de parlamentares eleitos nas semanas seguintes. A principal iniciativa foi do deputado federal reeleito André Janones (Rede-MG), que criou o "Exército do Lula", canal de WhatsApp que chegou a reunir mais de 10 milhões de integrantes. Por meio da ferramenta, ele mobilizou apoiadores, distribuiu tarefas e coordenou a divulgação de conteúdos.

Janones, inclusive, pretende transformar a mobilização que ajudou Lula a virar a eleição em uma estrutura permanente de defesa das pautas do governo e de articulação com a base de apoio ante o Congresso hostil que saiu das urnas neste ano. (**Com Agência Estado**)

» Exoneração de Wellington Dias

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias (PT), deixou temporariamente o comando da pasta para cumprir compromissos parlamentares no Senado. Segundo o ministério, a exoneração ocorreu a pedido do próprio petista e tem como objetivo tratar da destinação de emendas parlamentares. Em nota, o MDS esclareceu que o retorno de Dias à Esplanada está previsto para a próxima semana.

PF mira vice do TCE-RS

» ALÍCIA BERNARDES

A Polícia Federal deflagrou, ontem, a operação Circuito Paralelo, que investiga suspeitas de corrupção, tráfico de influência e associação criminosa envolvendo o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), Edson Brum.

Durante o cumprimento dos mandados de busca e apreensão, os agentes recolheram um aparelho celular do conselheiro, que será submetido à análise dos investigadores. A apuração busca esclarecer a possível atuação de agentes públicos e intermediários na articulação de contratos entre empresas privadas e administrações municipais.

As diligências ocorreram em Porto Alegre, Lajeado e Guaporé, no Rio Grande do Sul. Entre os locais vistoriados estão a residência de Brum e a sede do próprio TCE-RS, órgão responsável pela fiscalização das contas públicas estaduais e municipais.

Segundo a Polícia Federal, a operação tem como objetivo reunir documentos, equipamentos eletrônicos e outros elementos que possam contribuir para o esclarecimento dos fatos, além de identificar possíveis beneficiários e rastrear a destinação dos recursos envolvidos nas negociações investigadas.

De acordo com as suspeitas levantadas pela apuração, Brum teria utilizado a posição institucional e a rede de contatos políticos construída ao longo da carreira para intermediar interesses de empresas junto a prefeituras gaúchas. A atuação teria como finalidade favorecer contratações públicas e viabilizar pagamentos a companhias privadas. Os investigadores também apuram se o conselheiro recebeu vantagens indevidas em troca da influência exercida sobre os processos de negociação.

Um dos principais eixos da apuração envolve a comercialização de equipamentos tecnológicos destinados à rede pública de ensino, especialmente telas interativas. A PF investiga a possível participação de intermediários na aproximação entre empresas fornecedoras e administrações municipais, com o objetivo de facilitar a venda dos equipamentos utilizando relações políticas e institucionais. Também está sob análise uma eventual interferência em procedimentos sujeitos à fiscalização de órgãos de controle externo, entre eles o próprio Tribunal de Contas.

Em nota divulgada após a operação, a defesa de Edson Brum afirmou que o conselheiro está à disposição das autoridades e tem interesse em esclarecer os fatos. Os advogados sustentam que não há acusação formal contra ele e ressaltam que nenhuma das medidas judiciais interfere no exercício de suas funções no tribunal. A manifestação também afirma que a trajetória pública do conselheiro foi construída com honestidade, probidade e respeito às instituições. O comunicado foi assinado pelo escritório Alexandre Wunderlich Advogados.

